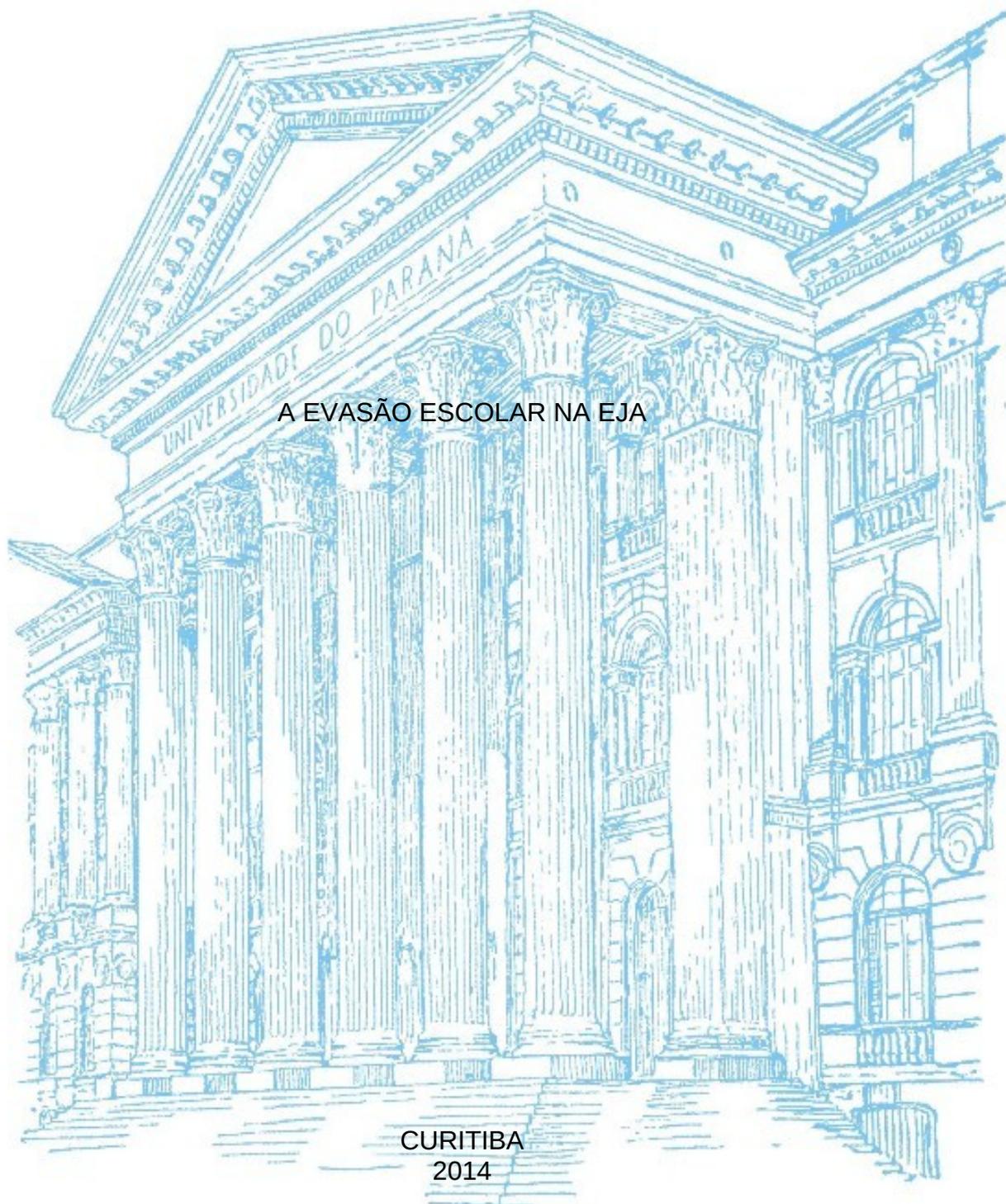


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

PRISCILA GALVÃO SANTOS



A EVASÃO ESCOLAR NA EJA

CURITIBA
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

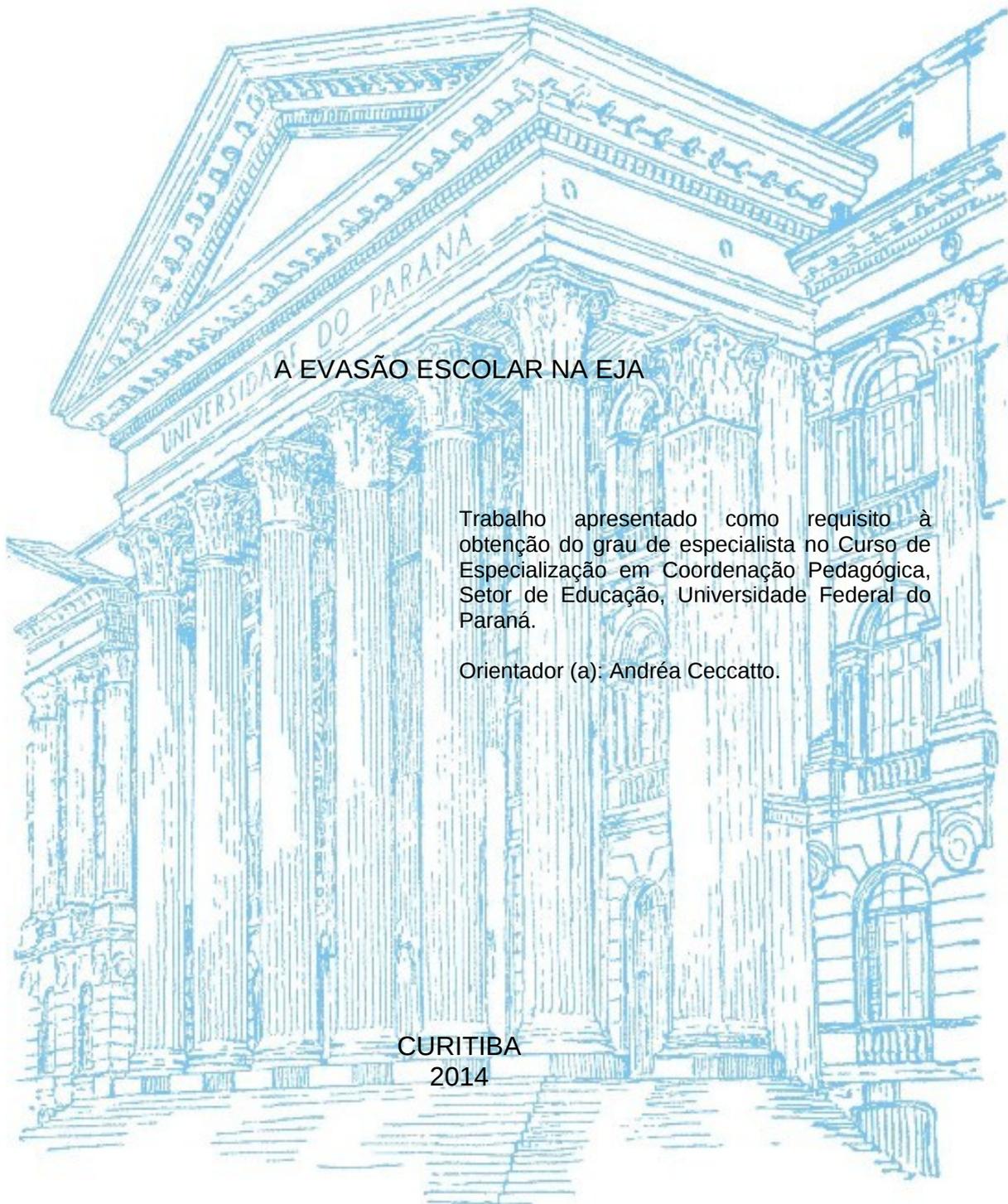
PRISCILA GALVÃO SANTOS

A EVASÃO ESCOLAR NA EJA

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Andréa Ceccatto.

CURITIBA
2014



A EVASÃO ESCOLAR NA EJA

PRISCILA GALVÃO SANTOS

RESUMO

O presente trabalho tem como tema principal a Evasão Escolar na EJA, que busca analisar as razões para a desistência escolar, apresenta como objetivo geral encontrar as razões que levam a evasão escolar na EJA. Objetiva-se também pesquisar a origem do problema por meio de observações de campo; pretende-se que os professores estabeleçam relações horizontais com seus estudantes, propiciando o diálogo entre conteúdos e vivências, respeitando as condições e possibilidades de cada um, propiciando o êxito do processo ensino-aprendizagem. É importante que o processo educativo trabalhe a fim de traduzir a compreensão de que jovens e adultos não são atrasados em seu processo de formação, mas sim sujeitos sócio-histórico-culturais, com conhecimentos e experiências acumuladas, com tempo próprio de formação e aprendizagem; O professor deve diversificar as suas aulas bem como direcioná-las ao público da EJA; usar de linguagem e métodos de ensino adequados a cada faixa etária; incentivar o aluno a concluir todas as etapas da EJA; propiciar ao aluno aulas em que ele sinta-se a vontade, com o propósito de evitar a evasão escolar. A Educação de Jovens e Adultos tem como propósito auxiliar cada indivíduo a tornar-se o que ele tem capacidade para ser. Na busca de pesquisar a origem do problema e encontrar soluções para evitar e ou diminuir a evasão escolar na EJA, utilizou-se de técnicas apropriadas de coleta de dados, como observação do processo pedagógico, entrevista com alunos, professores, funcionários da secretaria e direção, pesquisa bibliográfica fundamentando o tema, e por fim a análise desses dados levantados para posteriormente serem usados pelos profissionais da escola a fim de desenvolver ações para evitar e ou diminuir a evasão escolar na EJA. Após a coleta de dados, estima-se que entre 2012 e 2014 o percentual de alunos desistentes da EJA matriculados do Ensino Fundamental com idade entre 15 e 21 anos, é bastante significativa e preocupante.

Palavras-chave: Evasão, EJA, Desistência Escolar, Ensino – Aprendizagem, mediação pedagógica.

1 INTRODUÇÃO

Ao observar o cotidiano da escola em que trabalho, foi possível constatar a crescente evasão dos alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos – principalmente na modalidade do Ensino Fundamental, de adolescentes, com idades entre 15 e 18, e adultos de idades distintas de 18 a 60 anos. Cabe considerar ainda que a maioria da demanda discente é de pessoas trabalhadoras que já possuem família, a carga horária é considerada extensa e em função disso há uma evasão relativamente grande.

Assim, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola do ano de 2012, há um índice de aproximadamente 30% de educandos que deixam de frequentar a escola por outros diversos motivos: problemas relacionados ao trabalho; falta de flexibilidade em cursar mais disciplinas concomitantemente; limite de carga horária da organização individual; falta de interesse; e outros.

Percebe-se que os alunos acabam retornando à escola, em média, um ano depois. Com vistas a esse problema recorrente ano após ano, é comum algumas questões; como motivar esse aluno a continuar frequentando a escola? Como ajudar e orientar ao máximo os alunos? Como incentivá-los, trabalhando a auto estima e a valorização dos estudos?

Dentro desse contexto, o tema a Evasão Escolar na EJA, busca analisar as razões para a desistência escolar, entendendo como uma meta que a escola deveria pretender atingir visando incentivar os educandos a dar continuidade a seus estudos, através de um diálogo “acolhedor”, orientando-os quanto aos horários e à forma de organização da disciplina que melhor se ajustem às necessidades familiares e profissionais dos educandos.

Assim, apresenta-se como objetivo geral encontrar as razões que levam a evasão escolar na EJA. Objetiva-se também pesquisar a origem do problema por meio de observações de campo; pretende-se que os professores estabeleçam relações horizontais com seus estudantes, propiciando o diálogo entre conteúdos e vivências, concretizando intervenções que atendam às questões individuais e coletivas, respeitando as condições e possibilidades de cada um, propiciando o êxito do processo ensino-aprendizagem, e ainda ajudar

e orientar ao máximo os alunos, incentivando-os, trabalhando a autoestima e a valorização dos estudos.

Atualmente a modalidade da EJA, ainda enfrenta toda uma complexidade em seu contexto, sendo no que se refere às diferentes características dos educandos. Assim a finalidade da EJA não é apenas de suplência, mas contempla uma diversidade de condições dos indivíduos e seus processos de formação de natureza diversos.

2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos, de acordo com a lei 9394/96, é uma modalidade da educação básica com especificidades próprias que deve, por isso receber um tratamento adequado. Para tanto, além das adequações curriculares que orientam o que ensinar, deve-se também levar em conta como ensinar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos destacam que ela enquanto modalidade da educação básica, deve considerar o perfil dos educandos ao propor um modelo pedagógico, de modo a assegurar a equidade no que se refere a distribuição específica dos componentes curriculares.

Sendo assim essas mesmas diretrizes determinam que a Educação de Jovens e Adultos devem desempenhar funções reparadora, equalizadora e qualificadora no processo educacional.

A EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem suas habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil não é muito antiga, embora tenha iniciado no período do Brasil Colônia, entretanto as iniciativas governamentais no oferecimento desta modalidade são muito recentes. Assim, a única referência para a população na idade adulta era de educação para a doutrinação religiosa, onde tinha um caráter muito mais religioso que educacional. Ainda nessa época, a educação no Brasil era tratada com descaso por parte de seus dirigentes, por não ser responsável pela produtividade. (CUNHA, p. 25, 1999).

A EJA em seu contexto histórico enfrentou várias lutas, tanto no campo prático, teórico e político, passou por muitas discussões, por vezes divergentes, entretanto ao longo dos anos foi se reorganizando e reestruturando a fim de atender a cada nova demanda de acordo com as mudanças da sociedade em seus diferentes aspectos, sendo eles históricos políticos e socioeconômicos.

A partir do ano de 1945, com o fim da Ditadura de Getúlio Vargas, o país esperava a redemocratização. Era urgente a necessidade de aumentar as bases eleitorais para a sustentação do governo central, integrar as massas populacionais de imigração recente e, sobretudo, incrementar a produção. Para tanto, era necessário oferecer instrução mínima à população.

Já em 1947, foi lançado um projeto nacional chamado Campanha de Educação de Adultos, idealizado por Lourenço Filho, inspirado no método Laubach, que se fundamentava nos estudos de psicologia experimental realizados nos Estados Unidos nas décadas de 1920 e 1930.

Em suma, conforme Moura (2006, p.49), a década de 40 pode ser considerada um ótimo período para a Educação de Jovens e Adultos, pois sucederam no campo político e pedagógico, inúmeras iniciativas para a educação nessa área, como a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário – FNEP; a criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP; o surgimento de obras específicas ao Ensino Supletivo; lançamento da CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos; 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos em 1947 e Seminário Interamericano de Educação de Adultos de 1949.

Ainda nessa década, percebe-se que o analfabetismo era visto como um dos fatores responsáveis por impedir o desenvolvimento econômico e por isso deveria ser combatido a todo custo, a solução estaria na aposta das campanhas de erradicação. O processo de urbanização e industrialização exigia a ampliação da Educação para Adolescentes e Adultos. Nesse momento, interesses de ordem econômica aliados a uma política nacional de desenvolvimento levam o país a se preocupar com a EJA.

Somente ao final desta década que a Educação de Jovens e adultos passou a fazer parte de uma política nacional; preocupada com as tensões geradas no processo de urbanização e com a qualificação mínima de trabalhadores, promovia as condições necessárias ao bom andamento do projeto de desenvolvimento federal.

A educação de jovens e adultos (EJA) propõe uma forma de alfabetizar quem não teve oportunidade de estudar na infância ou aqueles que por algum motivo tiveram de abandonar a escola. Pode-se afirmar ainda que esta modalidade contribuiu significativamente para efetivar o desenvolvimento de

todas as pessoas, de todas as idades. Assim, propiciar esse processo é uma grande responsabilidade social e educacional.

Após 1960 surge uma nova referencia na Educação de Jovens e Adultos, Paulo Freire, cuja pedagogia estava voltada para a Educação Popular, onde articulava ação política e educação da população, representados por grupos de intelectuais, estudantes, pessoas ligadas à igreja católica e a Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Nessa concepção alfabetização era vista como ato de conhecimento, ato criador, ato político.

Segundo Faria (2005, p.245), o período de 1954 a 1960 pode ser considerado a época das luzes para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, porque encontra nos princípios idealizados por Paulo Freire, uma proposta de Educação como prática de liberdade, dentro desse pensamento de conscientização são traduzidas novas propostas com base nas discussões e acerca do tratamento pedagógico dado ao adulto que não completou os estudos.

Assim, cabe considerar que neste período a EJA no Brasil avançava tanto no campo das discussões e proposta, quanto na apresentação de concepções inovadoras, destinadas a esta área, o que ampliou o campo conceitual da escolarização de adultos no país.

A Educação de Jovens e Adultos tem como propósito auxiliar cada individuo a tornar-se o que ele tem capacidade para ser. Conforme a história da Educação Brasileira, durante vários anos foram desenvolvidos projetos para a alfabetização de Jovens e adultos, destaca-se, portanto, alguns deles: O Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, de 1967-1985; fundação Educar, de 1986-1990 e o Programa Brasil Alfabetizado, de 2003 até o momento atual.

A Educação de Jovens e Adultos vem sendo reconhecida como um direito desde a década de 30, passando por campanhas de alfabetização nos anos 40 e 50, sendo assumida nos anos 60 pelo Movimento de Cultura Popular - MCP, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL e o Ensino Supletivo no governo militar.

2.1 Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização

O Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização, foi criado em 1967 iniciando suas atividades em 1969. O Mobral surge com força e muitos

recursos. Recruta alfabetizadores sem muitas exigências: repete-se, assim, a despreocupação com o fazer e o saber docentes – qualquer um que saiba ler e escrever pode também ensinar. Desta maneira, foram recrutadas pessoas que sabiam ler e escrever para ensinar quem não sabia ler ou escrever. Essas pessoas muitas vezes só tinham este conhecimento, na maioria das vezes não tinha nenhum grau de escolaridade.

O Mobral foi a resposta do Regime Militar à grave situação do analfabetismo no país, com o objetivo geral de erradicar o analfabetismo e possibilitar educação continuada aos jovens e adultos. Como este programa demonstrou a necessidade de dar continuidade à escolarização, criou, posteriormente, o Ensino Supletivo.

No modelo de alfabetização proposto pelo Mobral, as técnicas utilizadas no processo de alfabetização consistiam em codificações de palavras preestabelecidas, escritas em cartazes com as famílias fonéticas, quadros ou fichas de descoberta, muito próximas das metodologias anteriormente utilizadas no modelo de Paulo Freire, mas com a diferença fundamental: as palavras, tanto quanto as fichas de codificações eram elaboradas da mesma forma para todo o Brasil com base em problemáticas sociais particulares do povo. Tratava-se fundamentalmente de ensinar a ler, a escrever e a contar, deixando de lado a autonomia e a conscientização crítica e transformadora da linha iniciada por Paulo Freire.

O método Mobral não partia do diálogo, da realidade existencial, mas de lições preestabelecidas pelo contexto militar. Assim, cabe considerar que o método Paulo Freire foi reformulando com princípios metodológicos que não respeitavam a conquista da autonomia e o desenvolvimento da consciência crítica do alfabetizando.

Em contrapartida, com a criação da Lei Federal 5692/71 – ainda que em um regime militar- o ensino obrigatório passa de quatro para oito anos, constituindo-se assim o ensino de primeiro grau, junto com isso foi disposto as regras básicas para o provimento da Educação Supletiva e pela primeira vez a educação de Jovens e Adultos mereceu um capítulo especial na Legislação Educacional, esclarecendo-se suas respectivas funções: a suplência, o suprimento, a aprendizagem e qualificação.

O Mobral foi extinto em 1985, surgindo desta forma a Fundação Educar, que desempenhou um papel relevante na atuação do Ministério da Educação junto a Prefeituras municipais e organizacionais da sociedade civil, com destaque nos movimentos sociais e populares.

Surgiram algumas mudanças na condução da formação do educador e na concepção político-pedagógico do processo de ensino-aprendizagem. O período foi marcado pelos conflitos entre Estado e Movimentos Sociais originários pelo atraso no repasse dos recursos destinados à escola pública e na defesa da autonomia dos movimentos na condução dos processos pedagógicos.

Segundo Di Pierro (2001, p.64) crescia cada vez a clientela mais o público jovem e urbana, em decorrência da dinâmica escolar brasileira (escola básica insuficiente) e das pressões provenientes do mundo do trabalho. Assim, deu início a uma nova proposta de escola, que oferecia também a aceleração de estudos para adolescentes e jovens com baixo desempenho na escola regular.

A Constituição de 1988 veio ampliar o dever do Estado, reconhecendo o direito de todos à Escola Básica, destinou para isso 50% dos recursos para combater o analfabetismo e universalizar o Ensino Fundamental, tendo como meta um prazo de 10 anos.

No ano de 1990, o Governo de Fernando Collor de Mello aboliu a Fundação Educar, sem criar instituição substituta. Desta forma, a partir deste ano o Governo ausenta-se como articulador e indutor de uma política de alfabetização de jovens e adultos no Brasil. Em 2002, na gestão do governo de Luís Inácio Lula da Silva, foi criado o Programa Brasil Alfabetizado e das Ações de continuidade da EJA.

A Constituição Federal de 1988 e a LDB, confere aos municípios a responsabilidade do Ensino Fundamental, e estabelece que aos sistemas de ensino cabe assegurar gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Também cabe a esses sistemas de ensino, viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre os diversos setores das esferas públicas.

3 A EVASÃO DO ALUNO TRABALHADOR NA EJA

No que se refere à Evasão escolar na EJA, principalmente entre jovens de 15 a 18 anos de idade que estão cursando o ensino fundamental, há um índice de aproximadamente 30% de educandos que deixam de frequentar a escola por diversos motivos: problemas relacionados ao trabalho; falta de flexibilidade em cursar mais disciplinas concomitantemente; limite de carga horária da organização individual; falta de interesse; e outros. Percebe-se que os alunos acabam retornando à escola, em média, um ano depois.

Na EJA, pela especificidade da demanda há pouco contato com os pais, exceto no caso dos alunos menores, com liberdade assistida e inclusos, onde os profissionais que os atendem mantêm contato frequente com a família para o acompanhamento e desenvolvimento da aprendizagem.

De acordo com esta realidade, o presente trabalho tem como objetivo geral encontrar as razões que levam a evasão escolar na EJA objetiva-se também pesquisar a origem do problema por meio de observações de campo; pretende-se que os professores estabeleçam relações horizontais com seus estudantes, propiciando o diálogo entre conteúdos e vivências, para assim concretizar intervenções para atender às questões individuais e coletivas, respeitando as condições e possibilidades de cada um.

É importante que o processo educativo trabalhe a fim de traduzir a compreensão de que jovens e adultos não são atrasados em seu processo de formação, mas sim sujeitos sócio-histórico-culturais, com conhecimentos e experiências acumuladas, com tempo próprio de formação e aprendizagem;

O professor deve diversificar as suas aulas bem como direcioná-las ao público da EJA; usar de linguagem e métodos de ensino adequados a cada faixa etária; incentivar o aluno a concluir todas as etapas da EJA; propiciar ao aluno aulas em que ele sinta-se a vontade, com o propósito de evitar a evasão escolar.

A evasão escolar vem cada vez mais adquirindo espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, mais especificamente pelas organizações e movimentos relacionados à educação no campo da pesquisa científica e das políticas públicas.

Cabe ressaltar que as faltas dos alunos não estão relacionadas com o mesmo conceito de “evasão”, pois afirma Campos (2003, p.49) que a evasão escolar na EJA pode ser considerada como um abandono por um tempo determinado ou não, uma vez que várias razões sociais e econômicas contribuem para a tal, principalmente dentro desta modalidade de ensino ficando além dos limites da escola.

Após estudos de campo, há vários aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a escola e o próprio indivíduo.

Campos (2003, p. 56) citando Fonseca (2002), destaca alguns motivos que levam o jovem a abandonar a escola, alguns deixam de estudar para trabalhar, por más condições de acesso e segurança; incompatibilidade de horários, falta de vaga, professor, ou material didático e ainda algumas vezes por não considerarem significativa a formação recebida.

Santos (2001, p. 87) chama atenção de que durante os “percalços e interrupções nos estudos” dos alunos de EJA a exclusão precoce da escola ocorre também na escolarização tardia, resultado da baixa escolaridade, que acarreta constrangimentos sociais diversos.

A autora trabalha na perspectiva de que por mais que seja importante ampliar a compreensão da exclusão e da reinserção enquanto fenômenos do sistema educacional brasileiro, não se pode deixar de considerar que tais fenômenos constituem experiências que sujeitos específicos vivenciam em momentos determinados de suas vidas.

Segundo Haddad (1988, p.112), em decorrência da aprovação da Constituição em 1988, um novo processo de Legislação Educacional vinha sendo defendido, no qual busca estabelecer uma nova concepção de educação para Jovens e Adultos voltada para aquilo que é peculiar a essa educação, ou seja, uma preocupação maior com a realidade do Jovem Adulto Trabalhador. Com condições e garantidas pelo estado, quanto horários específicos no local de trabalho; escolas noturnas; merenda escolar; livros didáticos entre outros. Assim o Estado deveria criar condições para que o Jovem Adulto trabalhador fosse reconhecido como sujeito de direito como o restante da população.

Percebe-se que a EJA no campo das políticas públicas, desde seu reconhecimento na Constituição de 1988 vem perdendo espaço, pelo menos

no que se refere a sua especificidade e importância como política pública, gratuita, na maioria das vezes ela é pensada apenas no plano de políticas compensatórias, de filantropia ou aos interesses de formação das empresas.

De acordo com as considerações de Rummert (2007, p.38), no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, pouco se fez para universalizar a educação básica, e, portanto, como confirmado por meios estatísticos, permanência e acesso escolar, ainda constitui um privilégio.

Ainda segundo a referida autora, várias iniciativas foram implementadas, anunciadas como potenciais de inclusão para alunos evadidos da educação básica, atenderam a um pequeno número da população, com seu caráter precário e aligeirado pretendiam a elevação da escolaridade, mas se configuraram mais como medidas de caráter emergencial.

A educação de Jovens e Adultos no Brasil sempre ocupou espaço reduzido nos sistemas educativos, com um caráter estritamente compensatório e quase que exclusivos daqueles desprovidos de valor sócio, assim Arroyo (2008, 221), sugere que os lugares sociais a eles reservados – marginais, oprimidos, excluídos, empregáveis, miseráveis – tem condicionado o lugar reservado a sua educação no conjunto das políticas sociais. A origem do problema está no afastamento do poder público no que se refere à definição e implementação de políticas públicas que garantam o atendimento a Jovens e Adultos Trabalhadores.

Assim, pretende-se pesquisar a origem do problema através de entrevistas com alunos, professores, funcionários da secretaria e direção, observação de campo, pesquisa bibliográfica fundamentando o tema, e por fim fazer a análise desses dados levantados para posteriormente serem usados pelos profissionais da escola a fim de desenvolver ações para evitar e ou diminuir a evasão escolar na EJA.

No intuito de responder ao questionamento estabelecido na temática do presente trabalho, a que se propôs investigar, procurou-se por meio de pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica, entrevistas tentar identificar os verdadeiros motivos da evasão escolar na EJA.

Assim, a temática em torno da Educação de Jovens e Adultos não apenas recai sobre o corte etário da condição de “não-crianças”. Segundo Oliveira (2001, p.21), essa é uma questão primordialmente de especificidade

cultural da sociedade, nos quais são definidos seu lugar social: a condição de não-crianças, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais.

Entretanto para que o entendimento da temática seja mais amplo e significativo, considera-se importante abordar a seguir a teoria do conhecimento e o do desenvolvimento humano.

4 O CONHECIMENTO E O DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

De acordo com Soek (2009), a escola permite outros aprendizados diferentes dos realizados em contextos não escolares. Para muitos, a escola representa o único lugar de acesso a um conhecimento mais elaborado e científico. O conhecimento científico representa as explicações mais avançadas que temos da realidade em um determinado momento histórico. O acesso ao conhecimento é o que conduz à teia de relações que é responsável por dada configuração da realidade. O conhecimento do processo que se explica o real é fundamental para desencadear mudanças nesta mesma realidade. Por isso o conhecimento é tão importante.

Ainda segundo a mesma autora, no que se refere a perspectiva sociointeracionista, o melhor ensino é o que se adianta ao desenvolvimento. Desde o momento do nascimento, o ser humano está imerso em um meio que é social e cultural que desencadeia uma série de aprendizagens. Dessas inúmeras aprendizagens há uma iniciação ou um suporte e apoio oferecido pelo meio cultural para o aprendizado de novas habilidades. Esses aprendizados podem ser desencadeados por situações conscientes ou inconscientes e esses são o motor de novos desenvolvimentos.

No caso específico do desenvolvimento de jovens e adultos não alfabetizados, a aprendizagem escolar pode contribuir para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores a partir do momento em que esse jovem adulto passa a ter acesso a conceitos científicos trabalhados no universo escolar. As funções psicológicas superiores são exclusivas dos seres humanos e se desenvolvem a partir da interação social.

Ainda nesse contexto, as funções psicológicas superiores poderiam ser entendidas como as que definem as características propriamente humanas. São elas atenção voluntária, memória voluntária, linguagem, consciência, comportamento intencional, raciocínio abstrato, pensamento generalizante, afetividade propriamente humana, consciência e outras. Essas características estão em oposição a outro grupo de funções psicológicas inferiores. Essas incluem as sensações, a atenção e a memória involuntária, as reações emocionais básicas.

“...a escola é um lugar social onde o contato com o sistema da escrita e com a ciência enquanto modalidade de construção de conhecimento se dá de forma sistemática e intensa, potencializando os efeitos dessas outras conquistas culturais sobre os modos de pensamento.”

(SOEK, (2009) *apud* OLIVEIRA (1996).

Os conceitos científicos são apropriados pelos adultos pelo processo de internalização que representa a passagem do externo para o interno, de processos interpéssicos ou realizados entre as pessoas para os processos intrapéssicos ou no interior da pessoa.

5 MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

A Educação de Jovens e Adultos, de acordo com a lei 9394/96, é uma modalidade da educação básica com especificidades próprias que deve, por isso receber um tratamento conseqüente. Para tanto, além das adequações curriculares que orientam o que ensinar, deve-se também levar em conta como ensinar.

No processo de alfabetização, o desafio é identificar o conteúdo atrelado ao ensino, visto que, ao ensinar a ler e a escrever não se ensina apenas isso, mas sobretudo o conteúdo expresso nas palavras. (SOEK, p.92 2009).

A autora destaca ainda que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos destacam que ela enquanto modalidade da educação básica, deve considerar o perfil dos alfabetizandos ao propor um modelo pedagógico, de modo a assegurar a equidade no que se refere a distribuição específica dos componentes curriculares.

Na busca de pesquisar a origem do problema e encontrar soluções para evitar e ou diminuir a evasão escolar na EJA, utilizou-se de técnicas apropriadas de coleta de dados, como observação do processo pedagógico, entrevista com três alunos de cada modalidade, três professores de disciplinas distintas, três pedagogas de turnos distintos e três funcionárias da secretaria do Estabelecimento.

A escola observada trata-se de um CEEBJA (Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos), oferta cursos de Ensino Fundamental Fase II e de Ensino Médio destinados à preparação do jovem, do adulto e do idoso, que não puderam efetuar os estudos na idade apropriada, mediante cursos e exames supletivos nos níveis do Ensino Fundamental e Médio por meio de metodologia adequada ao desenvolvimento cultural e formação da vida cidadã dos educandos

Ao observar o cotidiano de tal escola, foi possível constatar a crescente evasão dos alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos – principalmente na modalidade do Ensino Fundamental, de adolescentes, com idades entre 15 e 18, e adultos de idades distintas de 18 a 60 anos. Cabe considerar ainda que

a maioria da demanda discente é de pessoas trabalhadoras que já possuem família, a carga horária é considerada extensa e em função disso há uma evasão relativamente grande.

Há índice de aproximadamente 30% de educandos que deixam de frequentar a escola por diversos motivos: problemas relacionados ao trabalho; falta de flexibilidade em cursar mais disciplinas concomitantemente; limite de carga horária da organização individual; falta de interesse; e outros. Percebe-se que os alunos acabam retornando à escola, em média, um ano depois.

Além disso, a evasão escolar na EJA fica por conta do crescente número de matrículas de alunos menores de idade, a partir dos 15 anos, uma vez que a escola regular já não consegue administrar problemas relacionados a defasagem série/idade, indisciplina do aluno entre outros e acaba transferindo a responsabilidade para a Educação de Jovens e Adultos. A partir daí que o aluno se sente mais “adulto” e independente, considerando que pode começar e parar de estudar quando achar conveniente para si.

Ainda segundo a autora, educandos jovens, cada vez mais jovens, adultos e idosos tem histórias individuais, sociais e coletivas que podem ser objetos de estudo dos mesmos, pois estão cheios de conhecimentos que precisam ser sistematizados, desvelados e muitas vezes superados, assim a observação e o diálogo através da entrevista (formal ou informal) é extremamente válida e significativa para a construção do presente trabalho.

Sendo assim essas mesmas diretrizes determinam que a Educação de Jovens e Adultos devem desempenhar funções reparadora, equalizadora e qualificadora no processo educacional.

Considera-se reparadora no sentido de propiciar não só a entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis pela restauração de um direito a eles negado – o direito a uma escola de qualidade – mas também o reconhecimento a igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano de ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Não se pode confundir a noção de reparação com a de suprimento. Para tanto, é indispensável um modelo educacional que crie situações pedagógicas satisfatórias para atender as necessidades de aprendizagem específicas de alfabetizando jovens e adultos. (SOEK, 2009).

Ainda seguindo a seqüência do que determina as diretrizes, a autora cita a função, equalizadora, que rege a igualdade de oportunidades na perspectiva de oferecer aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e nos canais de participação. A equidade é a forma pela qual os bens sociais são distribuídos tendo em vista maior igualdade dentro das situações específicas. Nessa linha, a EJA representa uma possibilidade de efetivar um caminho de desenvolvimento a todas as pessoas, de todas as idades, permitindo que jovens e adultos atualizem seus conhecimentos, mostrem suas habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas formas de trabalho e cultura.

A função qualificadora, que se expressa na educação permanente, com base no caráter incompleto do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. Mais do que uma função, é o próprio sentido da EJA.

E por fim, se faz necessário superar a visão de que a função exclusiva da EJA é a de reposição da escola perdida, entendendo que hoje não só na infância e na adolescência se aprende, mas por toda a vida, em uma educação continuada, visto as mudanças econômicas, tecnológicas e socioculturais em curso. Mudanças essas que não podem servir de instrumento de exclusão de uma parcela da população.

6 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NA EJA

Segundo Hoffmann (2009), pensar o planejamento e avaliação em Educação de Jovens e Adultos é pensar com os educandos em sua vida, suas necessidades, desejos e aspirações articulados com a realidade social e cultural em que vivem e redesenhá-la num processo conjunto em que o ver, o ouvir e o agir estão interligados.

Ainda segundo a autora, educandos jovens, cada vez mais jovens, adultos e idosos tem histórias individuais, sociais e coletivas que podem ser objetos de estudo dos mesmos, pois estão prechos de conhecimentos que precisam ser sistematizados, desvelados e muitas vezes superados.

Para que se possa pensar o planejamento e avaliação em Educação de Jovens e Adultos, reconstruindo-os a partir de seus sujeitos e com eles, é importante que a análise de como se vêm construindo, quais suas raízes e quais as implicações decorrentes das opções teóricas assumidas. (HOFFMANN, 2009).

Para esta mesma autora, o trabalho de planejamento e organização do ensino na Educação de Jovens e Adultos, tem um forte componente social, político e educacional. É uma atividade pedagógica complexa dada a evidencia da grande heterogeneidade presente neste grupo, pois se caracteriza não apenas por uma questão de especificidade etária dos educandos, mas, primordialmente, por uma questão de especificidade cultural.

Ao planejar a prática educativa da EJA, deve-se considerar um sujeito pensante: indivíduo constituído de experiências, pensamentos, desejos e a consciência do cidadão. Postula-se a necessidade de serem incorporados à base curricular tradicional, temas que emergem da cultura contemporânea. Também há consenso de que no currículo da EJA sejam incorporados desafios éticos, políticos ou práticos da vida social.

A escola voltada para Educação de Jovens e Adultos é ao mesmo tempo, um local de confronto de culturas e um local de singularidades. O trabalho pedagógico com jovens e adultos que necessitam ter voz e acreditar em si próprio vai intervir no terreno social na medida em que as atividades, os conteúdos e a avaliação em EJA propiciem recursos e ferramentas aos

educandos para que tenham mais visibilidade social e para que considerem que seu destino não está selado, que sua história não está acabada: não apenas a história individual, mas a coletiva. (HOFFMANN, 2009).

7 CONCLUSÃO

Após a coleta de dados, estima-se que entre 2012 e 2014 o percentual de alunos desistentes da EJA matriculados na modalidade do Ensino Fundamental com idade entre 15 e 21 anos, é bastante significativa e preocupante.

Os motivos da evasão escolar já são de conhecimento da comunidade escolar, problemas relacionados ao trabalho; falta de flexibilidade em cursar mais disciplinas concomitantemente; limite de carga horária da organização individual; falta de interesse; e outros.

Entretanto outro fator que tem acontecido recentemente é que muitas escolas na tentativa de sanar seus problemas de indisciplina, encaminham os alunos considerados problemas para a modalidade da EJA, esses por imaturidade e desinteresse não conseguem se adequar as normas da escola, e acabam desistindo dos estudos no meio do caminho.

O presente trabalho procurou mostrar esses dados com o intuito de que os professores estabeleçam relações horizontais com seus estudantes, propiciando o diálogo entre conteúdos e vivências, concretizando intervenções que atendam às questões individuais e coletivas, respeitando as condições e possibilidades de cada um, propiciando o êxito do processo ensino-aprendizagem, e ainda ajudar e orientar ao máximo os alunos e professores, incentivando-os, trabalhando a autoestima e a valorização dos estudos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.: **Educandos e educadores**: seus direitos e o currículo. In: Indagações sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

CUNHA, C. M. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

CAMPOS, E. L. F.; OLIVEIRA D. A. **A Infrequência dos alunos adultos trabalhadores, em processo de alfabetização**. Universidade Federal de Minas Gerais. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

DI PIERRO, M.C. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, Soc. Campinas, vol. 26, n.92, p.1115-1139, Especial – Disponível em <[HTTP://www.cedes.unicamp.br](http://www.cedes.unicamp.br)>.

FARIA, E. V. de; FARIA, S. M. de. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: dos discursos às práticas. Ver. Teoria e Prática da Educação, v.8, n.2, p.243-252. Maio/agosto 2005. Disponível em: WWW.oei.es/n12622.htm.

HADDAD, S. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil** – Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

HOFFMANN, J. *EJA: planejamento, metodologias e avaliação*. Rio Grande do Sul: Mediação, 2009.

MOURA, T. M. de M. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de Jovens e Adultos**: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. 4 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In RIBEIRO, V. M. **Educação de Jovens e Adultos: novos leitores, novas leituras**. São Paulo: Mercado das Letras, 2001, p. 15-43.

RUMMERT, S. M. A educação de jovens e adultos trabalhadores brasileiros no século XXI. O “novo” que reitera a antiga destituição de direitos. Sísifo. **Revista de Ciência da Educação**, 5, p.35-50. <<http://www.sisifo.fpce.ul.pt>>

SANTOS, G. L.; SOARES, L. J. G. Educação ainda que tardia a exclusão da escola e a reinserção em um programa de educação de jovens e adultos entre adultos das camadas populares. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

SOEK, A. M. **Mediação Pedagógica na alfabetização de jovens e adultos**. Curitiba: Positivo, 2009.

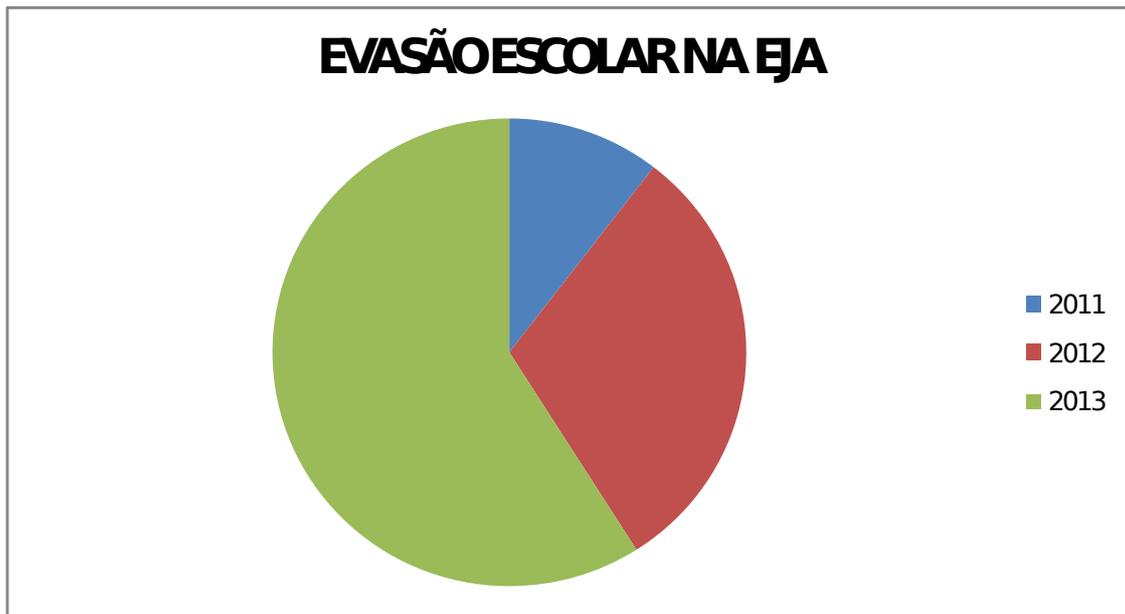
<http://www.artigonal.com/educacao-artigos/educacao-de-jovens-e-adultos-eja-no-brasil-1046328.html>

ANEXO 1

CRONOGRAMA

	Observação da Realidade e Escolar	Definição do tema de pesquisa	Delimitação do tema	Observações de campo	Coleta de dados	Análise dos dados	Revisão de literatura	Organização do trabalho final
Julho 2013	X							
Agosto 2013	X	X	X	X	X			
Setembro 2013	X	X	X	X	X			
Outubro 2013	X			X	X	X	X	
Novembro 2013	X			X	X	X	X	
Dezembro 2013	X			X	X	X	X	X
Janeiro 2014	X						X	X
Fevereiro 2014	X						X	X
Março 2014	X						X	X
Abril 2014	X							X
Mai 2014	X							X
Junho 2014	X							X
Julho 2014	X							X

ANEXO 2



ANEXO 3

MODELO ENTREVISTA COM PROFESSOR

1. Qual disciplina leciona?
2. Qual é o índice de desistência da sua disciplina?
3. Qual a maior dificuldade dos alunos?

MODELO ENTREVISTA COM COORDENADOR

1. Qual é o índice de desistência do curso de Ensino Fundamental e Ensino Médio?
2. Qual o perfil dos alunos desistentes?
3. Qual a maior dificuldade dos alunos?
4. Na sua opinião o q poderia ser feito para reduzir o numero de evasão na EJA?

MODELO ENTREVISTA COM ALUNO

1. Há quanto tempo ficou fora da escola?
2. Qual sua maior dificuldade para frequentar a escola?
3. O que faria você desistir?
4. Pretende cursar outra modalidade de estudo? (Ensino Médio e Ensino Superior)